

# O YPAMERI E A BATALHA POLÍTICA EM GOIÁS (1929-1932)

## *THE YPAMERI AND THE POLITICAL BATTLE IN GOIÁS (1929-1932)*

Carlos de Melo Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** O momento histórico vivido durante o governo de Getúlio Vargas foi marcado por uma plataforma governamental centrada na questão da organização nacional. Modernidade e Nacionalismo passaram a serem as palavras de ordem no Grupo que em 1930 toma o Estado no Brasil, através de um movimento golpista. A imprensa então assumiu um papel destaque na relação entre o Estado e as massas, atuando em certos casos como um aparelho burocrático da máquina do Estado, no qual seus intelectuais orgânicos assumiriam função fundamental na propagação dos ideais de governo. Sendo assim, a partir do presente trabalho buscam-se analisar através do estudo de várias edições do jornal “O YPAMERI”, entre os anos de 1929 e 1932, os desdobramentos regionais da política de colonização do interior do país, empreendida durante os anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do Estado no Brasil, buscando compreender a relação entre Estado e os meios de comunicação.

**Palavras-chave:** Estado; Golpe de 1930; Imprensa.

**Abstract:** The historic moment living under the government of Getúlio Vargas was marked by a governmental platform centered on the issue of the national organization. Nationalism

and Modernity came to be the watchwords in Group which in 1930 takes the state in Brazil, through a motion coup. The press then took a paper featured on the relationship between the state and the masses, acting in some cases as a bureaucratic apparatus of the state machine, where their organic intellectuals assume a central role in propagating the ideals of government. Thus, from this study seek to analyze through the study of various editions of the newspaper "The YPAMERI", between the years 1929 and 1932, the regional ramifications of the policy of colonization of the interior of the country, undertaken during the years that Vargas headed the State in Brazil, trying to understand the relationship between the state and the media.

**Keywords:** Coup of 1930; Press; State.

### 1 – INTRODUÇÃO

Fundado por Olegário Vaz na cidade de Ipameri em 1926, o Jornal *O YPAMERI*, constituiu importante papel na difusão dos principais fatos e notícias durante o período em que o Estado esteve nas mãos de Getúlio Vargas. Segundo

---

<sup>1</sup> Graduado em História e especializado em História, Cultura e Poder pela Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Mariana de Simone Kaadi “o jornal era considerado um semanário noticioso e independente, trazia essas palavras estampadas em sua capa” (KAADI, 2007, p. 33). Em sua edição do dia 05 de fevereiro de 1933 o jornal estampa em sua primeira página os seguintes dizeres:

“...é um jornal político sem paixões nem extremismos. Publicará tudo que for a bem de Goiás e que não seja simples expressão de sentimentos personalistas. As nossas colunas são francas a todos que desejem trabalhar, no campo da inteligência, pela grandeza de nossa terra. “ (O YPAMERI, 05/02/1933)

Em artigo publicado no jornal em 30 de maio de 1957, por ocasião do aniversário da cidade de Ipameri, citado por Mariana Kaadi, o jornalista Joaquim Rosa, tece considerações sobre a cidade nos tempos da criação do semanário.

“O Ipameri no ano em que nasceu “O Ipameri”

O ano em que circulou “O Ipameri” sucedeu a um período de apreciável desenvolvimento da cidade, não lhe faltando, na forma de costume, boa dose de agitação política. Em 1926 recebia ainda a terra, os reflexos da construção do quartel do 6º B. C., com a fixação definitiva, da unidade militar. Tanto no campo material, como social e político, notava-se a influência dos militares.

Com a derrota do “tenentismo” orientados pelo jovem médico e político dr. Gomes da Frota, a violenta manifestação promovida contra este, assinalou, a última da época. Politicamente 26 entrou calmo e viveu calmo. [...] O Senador Ramos Caiado, prestigiado no “Vai-Vem” pelas facções locais, chefiava a política estadual, com poderes até para anular eleições, de que foi testemunha o “eleitorado” de Ipameri. Em 26 o governo estadual negou vinte contos para a construção de uma cadeia. Nessa época os ipamerinos recebiam do poder público estadual 625 mil reis mensais para manter o juiz de direito e 180 para o promotor. E mais nada. “O Ipameri” nasceu num ano de fartura. [...] O major Aristides Lopes poz em funcionamento o primeiro rádio-receptor da cidade e, parece, do Estado. A casa do velho ipamerino enchia-se a noite para ouvir a Rádio Educadora Paulista, a única emissora captada. Pela primeira vez na história da imprensa goiana. “O Ipameri” publicou em sua edição de 6 de janeiro, notícias frescas do Brasil e do mundo através da radiotelegrafia. Ainda em 26 fundou-se o primeiro banco goiano, com o capital de 128 contos, tendo à frente Virginio Lopes, Vicente Marot e Alexandre Salgado, seus diretores. Havia o Cinema Eden Ipamerino, de Waldemar Ceva, com exibições semanais. [...] O mais importante acontecimento dessa temporada foi a descida em Ipameri, às alturas do atual aeroporto, pela primeira vez em Goiás, de dois aviões da Força Pública de São Paulo: o Anhanguera (depois de dois anhangueras de botas de couro, um de asas) de 210 HP, pilotado pelo tenente

Orton Hoover e sargento Raul Marcondes e um Juker 109, dirigido pelo tenente João Negrão e sargento Giareta, de 90 HP. Parece que o primeiro desastre de aviação em Goiás é, também, ipamerino, com a queda do 109 perto da Fazenda Modelo de Urutai. [...] Eis aí em rápidas pinceladas, com muitas falhas, aliás, alguma coisa do Ipameri de 1926, ano em que, a 30 de maio, Olegário Vaz e Juvelino Gomes fizeram circular o primeiro número de “O Ipameri”, então sem aquele “O” que lhe foi acrescentado mais tarde. “ (ROSA APUD KAADI, 2007, p. 26).

O Jornal tecia constantemente também considerações acerca do cotidiano ipamerino em tempos “revolucionários”, contrastando a violência exercida pelo estado ao clima pacato da cidade de Ipameri.

“...povo ipamerino (...) avesso a violência. Um povo ordeiro, por índole. As bravatas às vezes surgidas na terra, raras, não partiam da massa ipamerina. Ipameri foi nos primeiros tempos do novo regime, a cidade onde os decaídos puderam viver sem susto.” (ROSA APUD BRANDÃO, 2005, p.85)

Mas as críticas tecidas pelo jornal não se restringiam somente aos atos políticos dos governantes do estado, a própria atitude política exercida em certa época pelo jornal foi alvo de críticas de um de seus cronistas. O jornalista Joaquim Rosa em um de seus artigos publicados no semanário tece considerações acerca da relação de poder

estabelecida entre seu jornal e Totó Caiado.

“O Ipameri andou endeusando o Totó Caiado e sua política, quando a direção do jornal estava nas mãos de seu antigo proprietário e eu o redatoriava. Agora estava ali o Joaquim Rosa, disse o homem, espoletando como revolucionário. Este episódio confirma que realmente a espoletagem ou a liberação de Ipameri me pertencia.” (ROSA APUD KAADI, 2007, p 38).

Contemporâneo tanto do período em que as elites agrárias estiveram à frente do Estado quanto do período pós-golpe de 1930, o veículo de comunicação pode ser pensado como importante fonte para pesquisa histórica, dada a sua importância como meio de comunicação de abrangência regional. Fato importante a se refletir é o envolvimento político de membros do jornal com entidades envolvidas nas lutas políticas da época. Membro do Comitê da Aliança Liberal no estado (diga-se de passagem, que este foi o primeiro comitê da ANL no estado de Goiás) o jornalista Joaquim Rosa esteve envolvido, vivenciou e narrou episódios do jogo político da época. Em trecho de um de seus artigos, Rosa narra determinado episódio no qual o interventor Totó Caiado, descobre e profere articulações em torno de manobras oposicionistas antes das eleições de 1930.

“Das eleições sairia o novo intendente municipal. [...]. Num ataque, com armas e munições do 6º Batalhão, lideradas por um sargento metido no

complot, as urnas seriam arrebatadas à bala. O plano foi descoberto e fracassou. Caiado, em Ipameri, manobrou. Transformou a oposição tenente contra o mandonismo estadual, isto é, contra o caiadismo, em apenas, oposição local.” (ROSA APUD KAADI, 2007, p.28).

Como nos mostra Kaadi, em seu trabalho embasado nas memórias de Joaquim Rosa, a postura política do jornalista parece em certos momentos seguir as ondas de acontecimentos, posicionando-se politicamente segundo os eventos mais expressivos do momento, alinhando-se assim de acordo com a conveniência dos fatos a determinado grupo político. Se em momentos pré-golpe Rosa chega a ser membro do braço da ANL em Goiás, tempos antes do golpe o mesmo se diz alinhado à oligarquia dominante no estado, como atesta Mariana Kaadi. Nos dizeres de Kaadi:

“Nos primeiros momentos do século XX, o jornalista reconhece que o controle da cidade de Ipameri estava nas mãos da oligarquia local, referindo-se aos Caiado e aos coronéis que apoiavam a posição de liderança política dessa família. Durante a segunda metade da década de 20, as manifestações de oposição à família aos Caiado tomam força no Estado. Joaquim Rosa afirma que a cidade de Ipameri expressa apoio efetivo aos Caiado e admite, em seus livros, que muitas vezes direcionou o jornal *O Ipameri* de acordo com suas pretensões políticas. E, nessa época, Rosa fez alianças com os Caiado.” (KAADI, 2007, p.28)

É interessante salientar que, Mariana Simone Kaadi afirma que o jornal “*O Ipameri*” manteve uma postura política a mercê dos grupos políticos dominantes da política estadual da época, escrevendo uma “memória anti-ludoviquista, mas não necessariamente uma memória caiadista, vinculada ao passado, conservadora” (KAADI, 2007, p.08). Segundo a autora, a memória produzida pelo semanário não se trata de “uma memória de vencedor” (KAADI, 2007, p.08), segundo a autora o jornal não professou apoio “a dupla dirigente que permaneceu no poder político goiano: Pedro Ludovico e Domingos Velasco” (KAADI, 2007, p.08). Sobre os Caiado Rosa escreveu:

“Caiado mantinha-se firme nos arreios com um pé seguro no estribo de sua forte personalidade, manobrando as várias peças da engrenagem de que dispunha. A administração nomeando, desnomeando, transferindo, demitindo, processando.” (O YPAMERI APUD KAADI, 2007, p.49)

O discurso nacionalista, observado nas edições do jornal nos períodos pré e pós-golpe de 1930, oferece-nos nuances relevantes, acerca do tempo histórico e do ambiente no período em estudo. Segundo Kaadi, Joaquim Rosa que foi “promotor público, prefeito substituto de Ipameri, integralista, maçom e, finalmente, como ele mesmo afirma: panfletário meio desbocado e “manda-chuvinha” redator e dono do jornal *O Ipameri*” (KAADI, 2007, p.33), afirma em seu livro de memórias que o jornal tinha referências de

independência sendo a imprensa estadual “representada no sul pelo jornal O Ipameri com fumaças de independente, grande circulação e prestígio em todo o Estado, Triângulo Mineiro, muito citado na imprensa do Rio” (APUD KAADI, 2007, p. 10).

No entanto, a independência editorial afirmada por Rosa, ressoa com certa estranheza, dado ao fato de que o mesmo ser diretamente ligado a instituições de disposição ideológica ligada ao grupo golpista de 1930 como a ULG (União Libertadora Goiana) como afirma a própria autora. Segundo Kaadi:

“As mesmas lembranças, todavia, confirmam que o jornal era um instrumento de posição partidária e que possuía a mesma “elasticidade política”, que seu diretor, Joaquim Rosa. No período após a Revolução de 30, o jornal *O Ipameri* era como o órgão oficial do Partido Libertador Goiano contra as pretensões políticas do Interventor Ludovico.” (KAADI, 2007, p.10)

## 2 – “O YPAMERI” E O GOLPE DE 1930

Em Goiás os novos arranjos políticos provenientes da Revolução de 1930 e a Nova configuração do modelo do Estado, promoveram uma reviravolta na estrutura oligárquica-familiar que comandava o território goiano. Novos agentes históricos e novos paradigmas políticos e administrativos entraram em cena no estado a partir de 1930.

Juntamente com Ludovico chegaram ao poder em Goiás suas alianças oligárquicas sulistas. Segundo Maria Cristina Teixeira Machado:

“Dos homens de 30, Sidney Pereira Almeida, Manuel Balbino de Carvalho e Diógenes Dolival Sampaio, ocupavam respectivamente as Prefeituras de Santa Rita, Jataí e Catalão. Salomão Clementino de Faria comandava a Força Pública do Estado. Mario Caiado, Nero de Macedo, Domingos Netto Vellasco e outros, ou participavam da administração do Estado, ou desenvolviam atividades políticas, fundado núcleos legionários e elaborando programas para o governo.” (MACHADO, 1990, p.128)

Em artigo publicado no jornal em 10 de fevereiro de 1929 percebe-se o desacordo do semanário em relação à predominância das bases políticas mineira e paulista na escolha do candidato à sucessão presidencial em 1930. Alegando o jornal que tal medida política não auxilia no “engrandecimento da nação”.

“São Paulo e Minas dois estados que se julgam únicos no Brasil para a escolha de cada presidente, pela voz de suas autoridades em política, longe de corroborarem no engrandecimento da nação, pondo antecipadamente aos olhos do governo e da opinião pública, esta, no caso, apenas espectadora sem autoridade crítica, entravam a

orientação governamental quando muito antes ter novas vontades, procura nortear-se. “(O YPAMERI, 10/02/1929)

O jornal também expressa sua opinião em relação ao distanciamento da população em relação às decisões federais, se referindo ao ato antecipado de escolha do candidato da situação, expondo a opinião pública como apenas “(...) uma expectadora sem autoridade crítica” (O YPAMERI, 10/02/1929).

Segundo Maria Cristina Teixeira Machado, o processo político que culminou no apoio das oligarquias anti-caiadistas goianas à Aliança Liberal se divide em 3 fases. A primeira fase é caracterizada pelo apoio ao governo federal por parte das oligarquias goianas, tanto a oligarquia dominante, os Caiado, quanto às oligarquias sulistas opositoras. Na segunda fase o movimento oposicionista goiano passa a “defender transformações mais amplas” (MACHADO, 1990, p.120), em âmbito político. Já a terceira fase caracterizava-se pela orientação ao discurso liberal, encontrado nos discursos de modernidade e transformação política, das falas dos oligarcas opositores goianos. Tem-se então em Goiás, o casamento entre os conceitos propagados pela Aliança Liberal e a percepção, por parte das oligarquias sulistas opositoras, de que sua luta política se relacionava às disputas pelo poder em esfera nacional.

Há de se salientar que, apesar dos oligarcas opositores do Sul e do Sudoeste localizar no discurso da Aliança Liberal e no movimento golpista de 1930, a

oportunidade de tomada do poder em Goiás, e conseqüentemente a saída vitoriosa para seu conflito interno diante da oligarquia regionalmente dominante (o grupo comandado pela família Caiado), existia por parte do grupo sulista opositor, forte aceitação aos ideais propagados pela Aliança Liberal. Portanto, entendemos que o processo de substituição do grupo dominante no poder do Estado de Goiás, em 1930, não deve ser visto como uma mera substituição de oligarquias, argumento empregado por alguns estudiosos sobre o assunto ao discutirem a relação entre as oligarquias goianas e o movimento golpista de 1930 utilizado, por exemplo, na obra “A Revolução de 30 em Goiás” de Ana Lúcia Silva.

No período pós-golpe, logo após a tomada pelo poder pela Aliança Liberal, o jornal evidencia seu claro apoio ao regime liderado por Vargas. Em 28 de fevereiro de 1932, no artigo intitulado “Falência de um Regime” o jornal explicita toda sua insatisfação com o regime Republicano, alegando ser necessária para a nação uma forma de governo “nacional que arranque das mãos dos políticos profissionais, dos líderes dos inexpressivos e improficuos partidos o domínio que exercem sobre a massa ignorante da população do país” (O Ypameri, 28/02/1932).

Em certo trecho o jornal faz direta menção à Vargas, direcionando ao presidente (em caráter provisório neste período) sugerindo ao mesmo que “lavrasse logo um decreto de constituição quebrando o falido regime e estabelecendo de uma vez um sistema de governo capaz de não discordar do nosso grão de civilização” (O Ypameri,

28/02/1932), fazendo assim menção direta à constituição de 1932 (que tentou dar ares de democrática ao governo garantindo mais alguns anos de poder a Vargas) e sugerindo um sistema de governo autoritário, fato este que veio a ocorrer de fato em 1937.

Segundo Mariana Kaadi em tom de denuncia o jornal demonstra seu alinhamento contrário à família Caiado e ao regime deposto do poder em 1930. Através de um artigo de Joaquim Rosa publicado em 20 de dezembro de 1931, o jornalista se utiliza do meio de comunicação para “alfinetar” Leão Caiado, colocando em dúvidas a propriedade de animais de sua fazenda apreendidos por fiscais. Como forma de retratação, prevista na lei de Imprensa de 1923, é concedido o direito de resposta a Leão Caiado, no entanto, logo abaixo a carta escrita por Leão consta uma chamativa escrita por Joaquim Rosa a seu artigo na página seguinte, onde são feitas mais denúncias sobre o caso.

Dr. Director Redactor do “Ipameri”  
Saudações.

Tendo sido agredido pelo vosso jornal, de 20 de Dezembro último, cuja local trouxe em epigrafe – “*As potocas do sr. Leão Caiado*”, baseado na lei de Imprensa art. 16 (dec. n. 4.743, de 31 de Outubro de 1923), peço-vos a publicação desta, afim dos leitores ficarem melhor orientados, verificando de que lado está a verdade. Preliminarmente, agradeço ao noticiarista da alludida logar o ensejo que se me offereceu para eu, d’aqui, mais uma vez reaffirmar que foram roubados pela policia e continuaram roubados diversos animaes nas envernadas da minha fasenda “Europa”. O noticiarista, por engano, ou

propositalmente, embaralhou os factos por mim narrados no telegrama a que se referiu, fazendo falsa defeza. [...] Para ficar bem patente quem seja o *potoqueiro*, convido o autor da nota a vir, ou mandar pessoa de sua confiança, examinar e cotejar os documentos comprobatórios de aquisição, em meu poder, com os ditos animaes roubados, afim de ser mais cauteloso nas suas informações ao público, para, de outra vez, não se deixar levar por perfidias, ou leviandades. Agradecendo-vos, antecipadamente, a gentileza do acolhimento destas linhas, reparando injustiça, subscrevo-me vosso compatriota,

*Leão Caiado*

Goyas, 12 de Janeiro de 1932.

N. R. – Chamamos a atenção dos nossos leitores para o artigo inserto na 1ª pagina, da presente edição sob o título “As potocas do sr. Leão Caiado”. (ROSA APUD KAADI, p.51).

Seguindo o convite de Rosa talvez nos seja interessante dar vez a sua resposta, onde o jornalista cita o relatório aberto em relação à gestão da Escola de Aprendizizes e Artífices, além de uma questão concernente a um entrevero político entre o jornal e Leão Caiado, o fato citado por Rosa remete-nos também ao clima de “caça às bruxas” que permeava o cenário político no pós-golpe, no qual ações e auditorias foram imediatamente feitas visando se encontrar provas contra as autoridades que antes estavam à frente do poder estatal em Goiás.

“O sr. Leão Caiado, perdão, o sr. Leão Caiado, não, doutor Leão Caiado, o homem é bacharel, em outra pagina deste jornal aparece contrariando umas potocas que lhe foram dirigidas

daqui. Como fui eu o redator da nota que tanto dolorimento causou aos brios desse Caiado, a resposta do cujo me foi encaminhada pela direção desta folha para a respectiva análise. Coisa que não vou fazer. Não vale a pena gastar cera com o doutor Leão. Se o conspícuo mano do sempre chorado fazendeiro de Aricá se julga entupetado de razão contra a policia da sua terra, bote a boca no mundo, estéril e trate de dar com a policia na cadeia. E a propósito: quanto mais eu me aprofundo nas coisas da tropa que desmandou em Goiaz, mas sem jeito essas coisas me surgem. Por exemplo: o doutor Leão Caiado, bacharel ex-diretor de uma escola federal ganhou o olho da rua mais ou menos absolutamente, com uma bonita etiqueta: a bem do serviço publico. O camarada sai agora do serio por um nada. Engasgou-se com um mosquitinho atôa. Um pernillongo vagabundo. Um elefante, porem, não engastalhou na guêla do doutor: o relatório das sindicâncias abertas em torno da sua gestão como diretor da escola de Aprendizes e Artífices. Esse o doutor engoliu em seco sem dizer biscoito até hoje e sem recordar-se do artigo 16. Mas não se engane. Nós sabemos por que esse regime... de duas guêlas do mano. “ (ROSA APUD KAADI, 2007, p. 52)

### 3 – AS ELEIÇÕES DE 1933 E O CONGRESSO DE IPAMERI

O clima de expectativa que se formou em torno da possibilidade de se haver eleições a partir de 1933, gerou

cisões no Partido Social da República (PSR) entre Pedro Ludovico e Domingos Netto Vellasco. Segundo Maria Cristina Teixeira Machado:

“O partido se divide em correntes Ludoviquistas e Vellasquistas e a 23 de agosto o Partido Popular de Ipameri escreve a Pedro Ludovico comunicando-lhe o apoio à candidatura de Domingos Netto Vellasco à presidência constitucional do Estado. “ (MACHADO, 1990, p.132).

As disputas em torno das eleições de 1933 agitaram o cenário político em Goiás. Em 1933 em relatório enviado a Getúlio Vargas, Pedro Ludovico na introdução do documento reforça seus atos para (...) “livrar o país da influência nefasta dos que o exploravam por meio de uma política violenta, desonesta e retrograda”. (Pedro Ludovico em Relatório apresentado a Getúlio Vargas, 1933), buscando reforçar sua imagem perante a presidência e fazendo relação indireta a Domingos Netto Vellasco, que gozava do apoio do Partido Social Republicano de Ipameri e de parte da dissidência do PSR de Catalão, que devido às disputas internas pelo poder na cidade passa a apoiar Vellasco.

Em Catalão a adesão do PSR de Ipameri ressoou fortemente, junto ao interventor municipal da cidade de Catalão Diógenes Sampaio, que escreveu a Ludovico, demonstrando seu apoio em meio à crise, ao então Interventor Estadual:



“Não quero mais sacrifício em lutas políticas e se o dever de lealdade e solidariedade ao seu governo me impuser a votar em Vellasco como candidato para o governo constitucional de Goiás, renunciarei ao meu cargo de Prefeito, porque a minha atitude é inabalável. Vejo que Vellasco faria, no período do governo constitucional, uma atuação ditatorial, inteiramente diversa do seu. “ (Apud, MACHADO,1990, p.129)

A oposição a Ludovico encontrada no apoio a Vellasco pelo Partido Popular de Ipameri, juntamente com as aspirações vellasquistas do grupo opositor aos Sampaio em Catalão demonstram a difícil situação que o Governo Provisório de Ludovico encontrava na região. No entanto segundo Maria Cristina Teixeira Machado:

“Homens como Carvalhinho (Jataí), Diógenes Sampaio (Catalão), Sidney de Almeida (Santa Rita), Floriano Camarú (Ipameri), são frequentemente denunciados por suas atitudes negadoras dos princípios revolucionários”. (MACHADO,1990, p.131).

A oposição a Ludovico encontrada no apoio a Vellasco pelo Partido Popular de Ipameri, juntamente com as aspirações vellasquistas do grupo opositor aos Sampaio em Catalão demonstram a difícil situação que o Governo Provisório de Ludovico encontrava na região. Entre os “homens” citados por Machado ressalta-se que tanto

Diógenes em Catalão, quanto Floriano Camarú em Ipameri enfrentavam em seus redutos o crescimento de grupos que com eles disputavam o poder, e que se articularam com Domingos Vellasco para a conquista de seus objetivos.

Os atos políticos ligados à violência foram no período do pós-30 utilizados como mecanismos de acusação e de conspiração na base ludoviquista. O próprio Pedro Ludovico, quando interventor, foi acusado de se valer de perseguições políticas em seu governo. Na dissertação de mestrado intitulada “PERCURSOS DE MEMÓRIA: A Trajetória Política de Pedro Ludovico” a autora, Marilena Julimar Fernandes, estuda as construções de memória e esquecimento histórico acerca da imagem de Pedro Ludovico, utilizando como fonte principal para sua pesquisa a obra “MEMÓRIAS” de autoria do próprio Pedro Ludovico. Em certo trecho, Marilena utiliza-se de uma citação de Joaquim Rosa que no período do governo de Ludovico “exercia a função de editor chefe de um dos principais jornais do estado de Goiás: O YPAMERI” (FERNANDES, 2003, p.68). De forma direta o jornalista Joaquim Rosa expressa sua visão acerca da utilização de práticas políticas ligadas a violência no semanário. Em um artigo intitulado “Tempo quente” Rosa diz que o interventor do estado na época, Pedro Ludovico:

“Quando percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político do mesmo naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem

piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não. (...). Não podendo vencer pela persuasão, convenceu pela borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu o que os Caiado fizeram. (...) Ludovico não escapou do quadro por ele esboçado. ” (APUD, FERNANDES, p.72)

Quando perguntado décadas depois de sua saída da administração do Estado, sobre “As histórias de perseguições e espancamentos” em entrevista, publicada no “Jornal Opção” em 1978, e republicada em junho de 2009 pela “Revista UFG”, Pedro Ludovico de forma direta e objetiva assim responde: “São histórias”. (www.proec.ufg.br/revista\_ufg)

Em 1933, Ludovico lança-se como candidato nas eleições realizadas naquele mesmo ano. Nesse momento a cidade de Ipameri alcança grande importância em meio aos objetivos oposicionistas, sediando logo após o pleito eleitoral o Congresso de Ipameri, onde a oposição formada por membros do grupo caiadista e opositores de Ludovico buscaram arregimentar e selar seu movimento. Vellasco então passa a ser o grande nome da oposição goiana recebendo o apoio também de Joaquim Rosa e do jornal “O Ypameri”. Ao final do Congresso segundo o próprio Rosa, citado por Kaadi, seu jornal ganha status de órgão oficial do Partido Libertador Goiano, entrando no front de oposição a Pedro Ludovico Teixeira.

“Congresso de Ipameri encerrou as atividades sem indicar, como estava previsto,

candidato ao governo do Estado. A cidade de Ipameri foi aprovada como sede do Partido Libertador Goiano, tendo como presidente o Doutor Alfredo de Moraes e como secretário geral, manobrando todos os cordões, o próprio Vellasco. Fui nomeado secretário do secretário e “O Ipameri” designado pela Assembléia, órgão oficial de agremiação. “ (ROSA APUD KAADI, p. 32)

Ao publicar o manifesto proveniente do Congresso de Ipameri, Rosa pela primeira vez sente o peso da censura em seu jornal. Todos os exemplares foram recolhidos e o jornal fechado por determinado período. Em 8 de abril de 1934, o jornal estampa em sua primeira página, uma nota de esclarecimento a seus leitores comunicando acerca do impedimento de publicação de notícias ligadas ao poder público estadual e municipal.

“Por motivos superiores a nossa vontade, embora não falte espaço, deixamos de publicar vários tópicos nesta edição do YPAMERI, o que acontecerá nos dias seguintes como tem acontecido nos anteriores. Ditos tópicos dizem respeito, principalmente, a política e a administração estadual e também municipal . ”(O YPAMERI, 08/04/1934).

Vellasco, visto como inclinado aos ideais do movimento revoltoso paulista de 1932, não tem sucesso em suas investidas ao governo estadual, afinal, sua posição política não agradava tanto ao governo federal, quanto parte

expressiva das oligarquias goianas. Em 19 de Fevereiro de 1933, o jornal estampa em sua primeira página, no canto superior direito os seguintes dizeres:

“Goianos! Para vosso bem, alistai-vos e votai em Domingos Netto Vellasco para o primeiro presidente legal de Goiás na República Nove e em Mário d’Alencastro Caiado para nosso representante na futura Assembleia Constitucional. ” (O YPAMERI, 19/02/1933)

Após sua vitória no pleito de 1933, Ludovico tenta dar prosseguimento a seu governo, porém após a batalha política pré-eleitoral, o interventor é obrigado a assistir o surgimento de um movimento oposicionista liderado por Vellasco de forma organizada e com o apoio do grupo ao qual fazem parte a família Caiado e as dissidências municipais aos interventores nomeados por Ludovico no Interior do Estado.

#### 4 – A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL

Nesse contexto de instabilidade e de disputas políticas, a construção de Goiânia inseria-se como marco fundamental dos planos de adequação do estado de Goiás ao novo cenário econômico nacional. Goiânia representaria toda a conceituação de modernidade e progresso, do grupo que ascendeu ao poder em 1930 no país. Segundo Nasr Fayad Chaul:

“Pedro Ludovico rotulava Goiás de centro ‘oligárquico, decadente e atrasado’. Goiânia seria seu inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados no momento para reforçar a necessidade do novo. “ (CHAUL,2002, p.214)

Nesse sentido Nasr Fayad Chaul também chama a atenção para os interesses econômicos dos grandes proprietários sulistas na construção e na localização da nova Capital. Jales Guedes Coelho Mendonça em seu artigo intitulado “A Queda de Bomfim e a escolha prévia de Campinas” alerta também para o fato de que “a nova capital seria uma sede não para o Estado, mas sim para o sul de Goiás” (MENDONÇA, 2009, p. 177). Segundo Chaul:

“Assim, as alterações efetuadas nos meios de transportes, a dilatação da fronteira agrícola e os novos mercados abertos à produção e à exportação dinamizaram economicamente as regiões Sul e Sudoeste do Estado, desnivelando-se das demais regiões goianas e tornando-as centro econômico do Estado. “ (CHAUL, 1999, p. 24)

Marilena Julimar Fernandes em seu trabalho ao citar um texto de Pedro Ludovico intitulado A Cidade-Fanal, nos mostra que “a nova capital representou uma fonte de atração para os projetos de ocupação da região Centro-Oeste (...) (FERNANDES, 2003, p.116). No trecho Ludovico diz:

“Goiânia é o ponto de referência da marcha para o oeste. É a estrela guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão de vir lavrar terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias-primas do Brasil Central.” (APUD, FERNANDES, 2003, p.116)

Apesar de seu posicionamento contrário ao Interventor Pedro Ludovico Teixeira, o Jornal “*O YPAMERI*” se posiciona favorável à mudança da capital do Estado. Há de se salientar que Domingos Netto Vellasco esteve diretamente envolvido nos projetos para a construção da nova capital, participando inclusive da administração do estado em período anterior ao das disputas pelo poder em 1933. Como já discutido acima, percebe-se no jornal forte influência do PLG ipamerino e de Vellasco (sua maior expressão política na região). Na edição de 18 de dezembro de 1932, o jornal expressa seu contentamento com a decisão sobre a mudança da capital do Estado de Goiás.

“Está virtualmente liquidada a pendenga em torno da dotação de uma nova capital ao Estado de Goiás. Triunfou, portanto, a vontade incoercível de todo o povo goiano sobre sua minoria que em

apenas invocava argumentos insubsistentes. Em resumo: Goiás que deseja progredir superou o reduzido grupo de personalidades, que apegados a sentimentos de ordem sentimental e exclusivas, preferia, as furnas de Vila Boa a uma cidade progresso que lhes viesse arrancar os foros de uma fama cuja raiz se esconde nas brumas densas de um passado que o mundo não mais tolera. A nova capital goiana saíra à luz da realidade já e já. Tanto nos leva a crer o otimismo de que voltou investido o nosso honrado e ilustre interventor. O Dr. Pedro Ludovico vai nomear agora mesmo a comissão que se encarregará da escolha do local para a futura metrópole goiana. Nós que sempre estivemos nos baluartes mais avançados da campanha que preparou o acontecimento, não temos preferência por este ou aquele lugar. O nome, pouco importa. Campinas, Urú, Bomfim... Heliópolis, Goianásia, Independência, Livramento... São nomes. Pouco importa. Queremos uma cidade que, como já estamos fartos de dizer, condiga com os desejos de evoluir destes 600.000 cidadãos que se agitam na vastidão das terras que Deus nos deu e que o Anhanguera descobriu e explorou... A velha Goiás, a Jerusalém do *profeta*, lá ficará, como símbolo de um povo e a recordação dos tempos em que o fio de barba era *promissória* e a chibata o código dos códigos. Com o Sr. Totó Caiado dentro...” (O YPAMERI, 18/12/1932)

No entanto, apesar da concordância em relação à mudança de local da capital do Estado, Vellasco se opõe ao

grupo mais próximo de Ludovico, defendendo a cidade de Bomfim como sede da nova capital, enquanto os planos do governo do estado se voltam para a cidade de Campinas. Ao citar em seu artigo ao relatório da subcomissão nomeada para a escolha do local da nova capital (ao qual tinha como membro Domingos Netto Vellasco) Mendonça associa a discordância em relação ao local da construção da nova capital, ao princípio dos entreveros políticos ocorridos entre Ludovico e Vellasco.

“Resumo geral – Pelos calculos acima demonstrados, sendo a nova capital construída no planalto de Bomfim, torna-se patente a diferença de novecentos contos de réis (900:000\$000) para menos, com relação ao que seria necessario para o mesmo serviço nos arredores de Campinas, para uma cidade inicial de cincoenta mil habitantes. – É de se notar que Bomfim não offerece tão somente as vantagens acima citadas - Além de se encontrar gratuitamente a area dos terrenos de optima configuração topographica, amplamente sufficiente para se construir uma grande capital, numa collina magnífica e servida pela E.F. de Goyaz, facilitando-se assim enormemente a importação de todas as espécies de materiaes, para a prompta construção da cidade, em parte consideravel dentro do município mesmo, offerece mais: a) Grande volume d’água, muito superiores, em potabilidade, a todas as outras examinadas pela subcomissão; nos arredores, grande área de terrenos apropriados para cultura intensiva e extensiva; b) Energia e luz electrica já installadas

(com facilidade de augmento); c) Proximidade das duas localidades “Viannopolis” e “Leopoldo de Bulhões”, para immediata localização do funcionarios digo funcionalismo e operariado, com fácil ligação por meio de trens subúrbios; d) Equidistância com Catalão, Formosa, Sta. Rita do Paranahyba, por via ferrea e rodovias; com o sudoeste pelas respectivas rodovias; e) Facilidade de irradiação para o norte por meio das estações da E. F. Goyaz, comprhendidas entre Bomfim e Annapolis, distantes cerca de quatorze léguas de Corumbá e Pyrenopolis, interpostos commerciaes do Norte do Estado. Seja-nos ainda licito ponderar que, estando empenhado o nobre Governo mais rápido possível da nossa única via ferrea até Goyaz e dali até o Araguaya, a construcção do ramal “Campinas”, pelos accidentes do terreno e obras d’arte, de pesado financiamento, nos valles dos rios “Caldas” e “Meia Ponte”, por onde deveria passar, viria, sem duvida alguma, retardar aquele beneficio que V. Exa. acentuou em as reuniões da dd. Comissão – ser uma questão de vida ou de morte para Goyaz, nossa actual Capital, e de grave detrimento para o progresso do Estado. – As observações referentes á mediação dos córregos e dos rios foram feitas pelo systema de fluctuantes e os nivelamentos das attitudes tomadas e descriptas no presente relatorio foram feitas com um barômetro olosterico compensado, da Filotecnica de Milão. Seria preciso declarar, ainda que as medidas de volume de água e nivelamentos, devido ao estado athmospheric do presente estação chuvosa, são approximadas. Conclusão. Baseando-

se no critério acima expresso, a sub-comissão técnica é de parecer que a nova cidade destinada a ser a Capital do Estado de Goyaz, deve ser construída no planalto adjacente à velha cidade de Bomfim. Terminando, a sub-comissão técnica, confiada na benevolência e no alto critério de V. Ex. pede venia pelas lacunas que involuntariamente possa ter cometido no presente relatório. Bomfim, 26 de janeiro de 1933 – (a) Engenheiro J. Argenta, engenheiro Jeronymo Curado Fleury – Auxiliar técnico Guilherme Velloso Pereira. “ (VELLASCO APUD MENDONÇA, 2009, p. 183)

Posicionando-se favorável a construção da capital, o jornalista Joaquim Rosa em seu livro de memórias intitulado “*Por esse Goiás Afora*”, publicado em 1974, questiona a escolha do local adequado para a construção, alegando a existência de dois relatórios elaborados pela subcomissão responsável pela escolha do local, sendo o primeiro citado acima, e o segundo que recomendava a escolha dos arredores da cidade de Campinas para sediar a nova capital. Joaquim Rosa chega a alegar um posicionamento tendencioso de Ludovico à escolha de Campinas como local a abrigar a nova capital goiana.

“Antes de qualquer providência, Ludovico já tinha escolhido o local, que todos sabiam ser junto à cidade de Campinas. Dois relatórios da sub-comissão existiram. Foram publicados nos jornais. Um deles, cronologicamente

mais antigo, concluía pela região de Bomfim. O outro, mais ou menos com a mesma redação, indicava Campinas..” (ROSA APUD MENDONÇA, 2009, p.182 )

A partir dos estudos empreendidos acerca do tema, procurou-se expor as disputas políticas decorrentes do período do pré-golpe e pós-golpe de 1930, estabelecendo uma relação direta com o ambiente político e social goiano. Através da leitura de várias edições, percebe-se seu alto teor de comprometimento com os acontecimentos, trabalhando em certas situações tanto na produção, quanto na divulgação e até sendo parte da mesma, como na época do Congresso de Ipameri.

Segundo Kaadi o Jornal parecia não possuir um projeto político definido, no entanto, sempre criticava as práticas políticas que o envolviam apontando-lhe os erros (KAADI, 2007). No entanto, acreditamos que dados os acontecimentos políticos ao qual o jornal esteve envolvido, suas idas e vindas políticas podem não expressar alinhamento político a determinada corrente política da época, o que de certa forma não o exclui da possibilidade de expressar sua postura política. Sendo seu maior nome, Joaquim Rosa, como acima citado, membro da UGL que representava no estado os ideais integralistas no período.

Durante todo o Estado Novo, a imprensa então assumiu um papel destaque na relação entre o Estado e as massas, atuando quase que como um aparelho burocrático da máquina do Estado, no qual seus intelectuais orgânicos

assumiriam papel fundamental na propagação dos ideais de governo. Nesse sentido entendemos o jornal “*O Ypameri*”, como uma instituição, componente da sociedade civil, que juntamente com seus intelectuais orgânicos, Joaquim Rosa em especial, procuraram difundir seu ideal de classe, articulando através de seus artigos, a cooptação dos diversos grupos sociais embasados em um nacionalismo corporativista que permeou as primeiras décadas do século passado.

## 5 – FONTES

### 1. Acervo da Biblioteca Municipal João Veiga – Ipameri-Go

#### 1.1. Jornal O Ypameri: Edições de 1929 a 1932

### 2. Documentos eletrônicos

2.1. Última Entrevista de Pedro Ludovico. *Revista UFG*. Ano XI nº 6. Junho 2009. Disponível em: < [www.proec.ufg.br/revista\\_ufg](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg)> Acesso em 12/06/2009

### 3. Documentos Avulsos do Arquivo Pessoal de Pedro Ludovico Teixeira

## 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Cristiano Alencar. Fronteira e Cultura: Política Nacional: A Revolução de 1930 em Goiás. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 17, n. 9/10, p. 821-838, set. /out. 2007.

BRANDÃO, Hilma. Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro de Goiás e a cidade de Ipameri (início de século XX).

CHAUL, Nasr Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1999. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: ed. Da UFG, 2002.

FERNANDES, Marilena Julimar. Percursos de MEMÓRIAS: A Trajetória Política de Pedro Ludovico. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, 2003.

GOMES, Luís Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. História política de Catalão. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

HOBSBAWM, Eric. Nações e Nacionalismo: programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KAADI, Mariana de Simone. Joaquim Rosa: memória e política em Goiás (1928-1934) Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia Goiânia, 2007.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Pedro Ludovico: um tempo, em carisma, uma história. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.

MELO JÚNIOR. A Construção do Projeto do Estado Novo no Interior de Goiás: o caso de Catalão (1937-1938). Universidade Federal de Goiás/CAC. Monografia de final de curso. Catalão: 2009.